**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

CAMPUS UNIVERSITÁRIO JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-4202

ATA da reunião Comissão Sustentabilidade

12ª ata da Reunião da Comissão de Sustentabilidade (CS), realizada no dia 26 de novembro de 2015, às 14 horas e 15 minutos, no Ático da Reitoria II.

Estavam presentes os seguintes membros:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ***NOME*** | ***E-MAIL*** | ***UNIDADE*** |
| Marina Carrieri de Souza | marina.carrieri@ufsc.br | CGA/PROPLAN |
| Fernando Soares Pinto Sant’Anna | f.santanna@ufsc.br | ENS/ CTC CGA/PROPLAN |
| Camila Poeta |  |  |
| Carlos Alberto Rodrigues | carlos.alberto@ufsc.br | DAS/SEGESP |
| Renata Martins Pacheco  | renata.mp@ufsc.br | CGA |
| Gilberto Caye Daudt | gilberto.cd@ufsc.br | DMPI |
| Rodrigo Gonçalves |  | SETIC |
| Gabriela Mota Zampieri | gabriela.zampieri@ufsc.br | CGA/PROPLAN |
| Anna Cecília Petrassi |  | PROPLAN |
| Karen Pereira Alvares | Karen.pa@ufsc.br | DCOM |
| Carolina Fernandes | Carolina.fernandes@ufsc.br | CGA/PROPLAn |
| Leila |  |  |
|  |  |  |

A Sra Gabriela apresentou a pauta da reunião:

- Coleta seletiva solidária

- Diagnóstico da PLS.

Sobre a Comissão de Coleta Seletiva Solidária, a Sra. Sara explicou que as atribuições da Comissão seriam implementar e monitorar a coleta seletiva, devendo ser formada por no mínimo dois servidores. A Sra Sara pede sugestões aos presentes sobre como selecionar os componentes da Comissão. O prof. Fernando propõe que sejam convidadas as pessoas que já tiveram algum contato com o assunto. A Sra. Sara comentou que havia pensado na Sra. Shirlei (CCB Recicla), no Prof Armando Borges de Castilho do ENS, no Prof. João de Deus da Biologia, mas que também seria interessante haver representantes da Comissão de Sustentabilidade. Ela mencionou que cinco servidores seriam suficientes. Explicou também que outras atribuições da Comissão seriam a criação de um edital para seleção das associações beneficiadas (já há uma prévia do documento pronta feita por ela) e a escolha dos modelos de lixeira que seriam utilizados. Por fim, a Sra Sara explicou como funcionariam as coletas internas e externas e manifestou sua expectativa de que membros da CS venham participar da Comissão de Coleta Seletiva solidária.

Sobre a mesma temática, a Sra. Karen deu a sugestão de elaboração de vídeo institucional visando conscientizar os alunos em segregar de forma correta os resíduos. Esse video poderia ser exibido nas salas de aula no começo do semestre. A Sra Sara explica que já estão pensando nisso e que solicitaram uma bolsista de design para ajudar nessa parte de comunicação.

Após, a Sra. Carolina introduz a apresentação do diagnóstico e apresenta as percepções e sugestões gerais dos setores com relação ao Plano de Logística Sustentável. Entre as que foram enviadas estão: desconhecimento do plano de logística sustentável pelos setores, necessidade de melhor divulgação, importância da construção coletiva do Plano com todos os setores, falta de uma cultura organizacional ligada com a sustentabilidade, necessidade de uma maior mobilização do pessoal, as definições do PLS poderiam ser homologadas pela administração via CUn ou alguma outra instância, inclusão de um campo para apresentação dos indicadores na próxima revisão, envios trimestrais das responsabilidades para lembrar os setores das ações; definição apenas de um setor responsável pela ação ficando os demais setores apenas como auxiliares; falta de utilização dos indicadores das respectivas metas, a importância da construção coletiva. Os membro da Comissão mostraram-se contrários à aprovação pelo CUn, pois entendem que essa seria desnecessária. Foi colocado como sugestão de solução para o problema, a divulgação dentro dos setores, que pode partir dos membros da própria comissão, divulgação nos canais de divulgação da UFSC (site, SPA, memorando) e também que a institucionalização do PLS poderia ocorrer através do reconhecimento da Reitoria do documento e divulgação em todos os setores por meio de memorando originado no GR. Após, a Sra Carolina apresentou as exigências presentes na Instrução Normativa do MPOG referente ao PLS, explicitando os pontos não contemplados no PLS anterior (2013) que tratavam-se: da atualização do inventário de bens, no eixo de material de consumo e no eixo de compras faltou abordarobras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial.

 A Sra Carolina prosseguiu apresentando os eixos que foram abordados no PLS 2013 (compras, energia, qualidade de vida, água e esgoto e deslocamento). Começa pelas compras e apresenta os dados gerais sobre as compras sustentáveis na UFSC. Explicou que foi realizada uma compilação dos TRs dos Editais de 2013,2014 e 2015 de materiais de consumo e permanentes que foram analisados um a um quais critérios de sustentabilidade cada Edital possuía. De maneira geral percebeu-se que de 2013 para 2015 o número de licitações com critérios de sustentabilidade cresceu consideravelmente e que o critério mais solicitado foi a Diretiva Rohs, seguido por embalagens com menor volume. Posteriomente a Sra. Carolina passou para apresentação dos dados que foram enviados pelos setores e compilados pela CGA. Foi apresentada a ação 1 “Incluir a categoria de produtos sustentáveis ao catálogo de compras da UFSC”. Nessa ação foi sugerido a criação de um selo e não de uma categoria. Uma ideia colocada foi que em cada TR exista um “quadro” que compile de forma direta todos os critérios que são exigidos, para auxiliar na forma de analise posterior. Sobre a ação, foi explicitada a dificuldade em se encontrar pessoas capacitadas para fazer a revisão do catálogo de compras. Por fim, decidiu-se pela inclusão da identificação de produto sustentável no catálogo e a colocação do SETIC também como responsável.

 Passou-se para a apresentação da ação 2 “Conceber critérios sustentáveis para compras e contratações**”,** todos concordam que o DPL não teria responsabilidades nessa ação. Foi acordado incluir o DFO na ação, pois é esse setor que faz alguns contratos de obras. A Sra Carolina entende que a ação deve mudar para: inserir critérios sustentáveis em pelo menos X% das contratações. O Prof. Fernando sugeriu estabelecer metas para compras e metas para contratações e obras e serviços de forma separada. Ele explicou que meta tem indicador para saber quão distante estamos dela, e ação é uma maneira de atingir a meta.

 Com relação a ação 3 “Incluir nos editais critérios de sustentabilidade comprovados por meio de certificações e/ou selos aferidos por organismos acreditados”, decidiu-se por excluí-la, pois era uma repetição da ação anterior.

 Quanto a ação 4 “Instituir como prática a consulta a laboratórios credenciados e/ou especialistas internos sobre itens que não possuam certificação e/ou selos” , após discussão ficou estabelecido que seria necessário um documento formal por parte do gabinete para criar essa rede de apoio entre os laboratórios. Concluiu-se que seria melhor a exclusão dessa ação, pois não seria uma questão atingível, e que se poderia criar uma outra ação em que o gabinete recomende ou institua obrigatoriedade que os laboratórios prestem esse tipo de auxílio, criando um mecanismo institucional para suporte ao DCOM.

Na ação 5 “Revisar os itens dos principais pregões, adequando-os, quando possível, aos critérios ambientais, iniciando pelos itens de almoxarifado e da Prefeitura Universitária” sugeriu-se especificar quais seriam os principais pregões ou retirar a palavra principal e incluir o DMPI como responsável da ação. Foi comentado também da importância de rever as ações 2 e 5 para torná-las mais específica, pois ambas estão um pouco gerais. Ainda com relação a ação 5, os agentes principais seriam PU, DCOM e DMPI.

Para a ação 6 “Promover cursos de capacitação aos pregoeiros, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do departamento de compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência ” sugeriu-se acrescentar o “ no mínimo” e retirar o DPL na ação.

Já com relação a ação 7 “ Estabelecer uma plataforma virtual amigável para a socialização de informações relativas a gastos e economias, assim como dos indicadores adotados por esta comissão” entende-se que essa plataforma já existe e que seria o UFSC Sustentável, mas que seria necessário alimentar essa plataforma com dados pertinentes.

Com relação a meta 2, foi colocado que a maioria das ações não estariam dentro do eixo de compras e que teriam que ser transferidas posteriormente para outro eixo. E que no eixo de compras, poderia-se criar metas específicas para compras, serviços e obras com percentuais de atingimento diferentes, pois cada área estaria avançando de modo diferente quanto a sustentabilidade.

Quanto a meta 8 “Valorizar as boas práticas de compras sustentáveis dos centros, departamentos e unidades administrativas (para redução, reutilização e reciclagem de materiais e equipamentos)”, optou-se por tranformá-la em algo mais palpável, como por exemplo, divulgar as ações.

Por fim, na ação 9 “ Estimular, através de campanhas educativas, o agir sustentável nos pedidos de aquisição, assim como no uso de materiais e equipamentos” sugeriu-se retirar o “agir sustentável” e colocar campanhas mensais tendo como indicador o numero de campanhas vinculadas.

.

**Deliberações:**

- Reuniões menos espaçadas para que se possa concluir a revisão do PLS,

- Para a próxima reunião ficou estabelecido que a CGA faria uma compilação e traria sugestão previa para discussão sobre as ações a serem discutidas,

- Ficou acordado também que o material seria enviado para todos para que pudessem ler antecipadamente e já trazer sugestões

**Encaminhamentos:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Encaminhamento por setor** | **Responsável** |
| Mandar previamente sugestões dos eixos que serão analisadas nas próximas reuniões | CGA |

Em seguida, às 15h50, não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o Sr. Eduardo e a Sra Gabriela lavraram a seguinte ata que, se aprovada, será assinada e disponibilizada em meio digital.

Florianópolis, 09 de dezembro de 2015.